000135

BRASIL
MUSEU VIRTUAL DA FEB

MINISTÉRIO DA GUERRA

Secretaria Geral do Ministério da Guerra

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1942

BOLETIM DO EXÉRCITO
N. 41

(COM SUPLEMENTOS)

ÍNDICE DE LEI CONSTITUCIONAL, DECRETOS-LEIS, DECRETOS, AVISOS, PORTARIAS E NOTAS

	Págs.
Lei Constitucional n. 7, de 30-IX-942	3651
Decreto-lei n. 4.70.., de 17-IX-942	3669
Decreto-lei n. 4.702-A, de 17-IX-942	3663
Decreto-lei n. 4.703-A, de 17-IX-942	3645
Decreto-lei n. 4.704-A (Reservado), de 17-IX-942	3652
Decreto-lei n. 4.705-A (Reservado), de 17-IX-942	3663
Decreto-lei n. 4.706-A (Reservado), de 17-IX-942	3646
Decreto-lei n. 4.766, de 1-X-942	3653
Decreto-lei n. 4.777, de 2-X-942	3645
Decreto-lei n. 4.782, de 5-X-942	3668
Decreto-lei n. 4.783, de 5-X-942	3648
Decreto-lei n. 4.789, de 5-X-942	3664
Decreto-lei n. 4.793, de 6-X-942	3667
Decreto-lei n. 4.794, de 6-X-942	3670
Decreto-lei n. 4.795, de 6-X-942	3652
Decreto-lei n. 4.796, de 6-X-942	3667
Decreto-lei n. 4.797, de 6-X-942	3670
Decreto-lei n. 4.798, de 6-X-942	3668
Decreto-lei n. 4.799, de 6-X-942	3664
Decreto-lei n. 4.800, de 6-X-942	3653
Decreto-lei n. 4.805, de 6-X-942	3666
Decreto-lei n. 4.806, de 7-X-942	3662
Decreto-lei n. 4.807, de 7-X-942	3646
Decreto-lei n. 4.819, de 8-X-942	3663
Decreto n. 10.560, de 2-X-942	3676
Decreto n. 10.561, de 2-X-942	3669
Aviso n. 2.522, de 28-IX-942	3700
Aviso n. 2.547, de 1-X-942	3671
Aviso n. 2.550, de 1-X-942	3677
Aviso n. 2.553, de 2-X-942	3697
Aviso n. 2.554, de 2-X-942	3685
Aviso n. 2.555-542, de 2-X-942	3687
Aviso n. 2.556-543, de 2-X-942	3681
Aviso n. 2.557, de 3-X-942	3704
Aviso n. 2.560, de 3-X-942	3688
Aviso n. 2.561, de 3-X-942	3700
Aviso n. 2.564, de 3-X-942	3693
Aviso n. 2.570-544, de 5-X-942	3697
Aviso n. 2.571-545, de 5-X-942	3698
Aviso n. 2.572-546, de 5-X-942	3682
Aviso n. 2.573, de 5-X-942	3689
Aviso n. 2.574, de 5-X-942	3684
Aviso n. 2.575 547, de 5-X-942	3681
Aviso n. 2.577, de 6-X-942	3691
Aviso n. 2.578, de 6-X-942	3700

Preço 2$000

000154

DISPÕE SOBRE AS INDENIZAÇÕES POR ATOS DE AGRESSÃO CONTRA BENS DO ESTADO BRASILEIRO E CONTRA A VIDA E BENS DE BRASILEIROS OU DE ESTRANGEIROS

DECRETO-LEI N. 4.806 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1942

Derroga disposição contida no art. 2º do decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que o decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942, dispondo sobre a responsabilidade pelos prejuizos causados aos bens e direitos do Estado Brasileiro e à vida, aos bens e direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, pelos atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão e pela Itália, já produziu os seus efeitos com a retenção de uma parte dos depósitos bancários, das obrigações de natureza patrimonial e pela inalienabilidade de bens pertencentes a pessoas físicas e jurídicas nacionais daqueles países; e

Considerando que, com a criação da Comissão de Defesa Econômica destinada a tornar efetiva a responsabilidade decorrente dos atos de agressão, podem ser suspensos, em parte, os efeitos daquele decreto-lei decreto:

Art. 1º. A partir da data da publicação deste decreto-lei cessa a obrigação de recolhimento ao Banco do Brasil ou a repartição arrecadadora da União, de que trata o art. 2º do decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942, para as pessoas físicas alemãs, japonesas ou italianas, domiciliadas no Brasil.

Art. 2º. O disposto no artigo anterior aplica-se tambem aos agricultores, industriais ou comerciantes, firmas individuais ou coletivas das mesmas nacionalidades, que, nos termos do parágrafo único do art. 9º do referido decreto-lei, estavam obrigados a recolhimentos baseados nos lucros líquidos verificados em balanços trimestrais.

Art. 3º. Continuam sujeitos às disposições do decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942, os súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas no estrangeiro e as pessoa jurídicas das mesmas nacionalidades que funcionem no Brasil, mas tenham sede no estrangeiro.

Art. 4º. Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1942, 121º da Independência e 54º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.
A. de Souza Costa.
Eurico G. Dutra.
Henrique A. Guilhem.
João de Mendonça Lima.
Oswaldo Aranha.
Apolonio Salles.
Gustavo Capanema.
J. P. Salgado Filho.

("Diário Oficial" de 9-X-942.)

NOTA — O decreto-lei n. 4.166, de 11-III-942, está publicado no "Boletim do Exército" n. 11, de 14-III-942.